

# Aguinaldo Silva, um escritor censurado

Sandra Reimão\*

## Resumo

Esse artigo visa a apresentar e contextualizar a censura, pelo Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP) do Departamento de Polícia Federal, em 1976, ao livro *Dez histórias imorais*, de Aguinaldo Silva, publicado em 1967. Desenvolve-se em três partes: 1) enfoque temático dos contos que compõem o livro; 2) indicação das ações de Aguinaldo Silva, durante a década de 1970, enquanto jornalista e militante dos direitos das minorias; e 3) resgate histórico-factual do ato censório do DCDP em relação à obra. Propõe-se a hipótese de que o exame e o veto à publicação, nove anos depois, devem-se atuação do autor como colaborador de publicações em franca oposição com a Ditadura Militar e pode ser caracterizada como uma forma de homofobia e também de tentativa coação.

**Palavras-chave:** Literatura. Censura. Brasil. Década 1970.

## Aguinaldo Silva, a censored author

### Abstract

This article aims at presenting and contextualizing the censorship upon Aguinaldo Silva's book *Dez histórias imorais* (Ten Immoral Stories), was published in 1967, done by the Federal Police Department of Censorship and Public Entertainment (DCDP) in 1976. It is divided in three parts: 1) theme focus on the tales that compose the book; 2) the indication of the Aguinaldo Silva's actions during the decade 1970 while journalist and militant of the minorities' rights; and 3) historic factual rescue of the DCDP's censorship act in relation to the book. The hypothesis is based on the fact that the exam and veto, nine years after, happened because Aguinaldo Silva worked as a publishing collaborator in opposition to the Military Dictatorship and can be characterized as homophobia form and also a coerces tentative.

**Keywords:** Literature. Censorship. Brazil; 1970 decade.

---

\* Professora na Universidade Metodista de São Paulo e pesquisadora CNPq – Produtividade em pesquisa. Publicou os livros *Mercado Editorial Brasileiro* (ComArte/FAPESP, 1996) e *Livros e Televisão – correlações* (Ateliê, 2004). Esse trabalho contou com auxílio da FAPESP – Projeto regular de pesquisa.

## Aguinaldo Silva, um escritor censurado

### Resumen

Este artículo visa presentar y contextualizar la censura por el Departamento de Censura de Diversiones Publicas (DCDP) del Departamento de Policía Federal, en 1976, al libro *Dez histórias imorais* (Diez historias inmorales), de Aguinaldo Silva, publicado en 1967. El se desarrolla en tres partes: 1) enfoque temático de los cuentos que componen el libro; 2) indicación de acciones de Aguinaldo Silva, durante la década de 1970, como periodista y militante de los derechos de las minorías; y 3) rescate histórico-factual del acto de censura del DCDP en relación al libro. Se propone la hipótesis de que el examen y la prohibición al libro, nueve años después, se deben a la actuación de Aguinaldo Silva como colaborador de publicaciones en franca oposición con la Dictadura Militar y puede ser caracterizada como una forma de homofobia y también de tentativa de coacción.

**Palavras claves:** Literatura. Censura. Brasil. Década de 1970

### Retirantes, marinheiros, prostitutas – as personagens de *Dez histórias imorais*

O livro *Dez histórias imorais*, de Aguinaldo Silva, reúne escritos ficcionais redigidos entre outubro de 1960 e maio de 1965. São eles: *De como a prostituta Rita Pereira noivou, casou e morreu, numa noite de São João, em plena zona do cais do Recife ou Estranho Itinerário*; *O nada jamais acontecerá*; *O círculo de giz*; *Um homem, sua maldade e a Marinha Nacional*; *Westhalia: um mar*; *Cidade, mulher e rio*; *A primeira sede*; *O despertar de Toin' Quirino*; *O morto na rua e Proclamação final*.

Esse conjunto de textos foi publicado em livro pela Gráfica Editora Record em 1967 – é uma brochura de tamanho pequeno, com 148 páginas e um projeto gráfico bem simples. Houve uma segunda edição em 1969 pela mesma editora.

Essas dez histórias, mais do que serem histórias de ação, narrativas de acontecimentos, centram-se em descrições de personagens e as situações desenrolam-se em função delas. As personagens dessas narrativas são essencialmente de dois tipos sociais: os excluídos pela miséria, como os retirantes da seca, prostitutas de baixo escalão, bêbados e loucos, e, personagens das classes sócio-econômicas baixas, como a dona de casa sonhadora e insatisfeita e o

funcionário do pequeno escritório. As narrativas buscam, simultaneamente, entender socialmente as personagens em questão e também retratá-las internamente dando-lhes a voz narrativa.

Um exemplo de dar voz narrativa à personagem, no caso, um excluído, pode ser visto no texto *A primeira sede*. O conto é narrado em primeira pessoa por um retirante sobrevivente que fugira da seca e agora, velho, retorna a Cabrobó de onde saíra. Por que voltara? “Por que voltei? Ora bem, Cabrobó é a minha terra. E depois, o senhor pensa que Cabrobó é e sempre será essa mesma visão do inferno? Pois nisso, imaginação tão fraca a sua, é que reside o engano”. Outro exemplo da narrativa literária como um espaço para dar voz às personagens pode ser visto no título do primeiro conto *De como a prostituta Rita Pereira noivou, casou e morreu, numa noite de São João, em plena zona do cais do Recife ou Estranho Itinerário*. Esse título mimetiza a forma dos títulos de folhetos de cordel, um tipo de publicação pertencente ao âmbito sócio-cultural da personagem central, a prostituta Rita Pereira.

No que tange as personagens das classes baixas, o autor assinala o lado opressivo do trabalho alienante e da repressão sexual e familiar, como pode ser visto no conto *O círculo de giz*, que descreve assim o cotidiano de um funcionário de um escritório: “...chegava mesmo a armazenar forças mas caía na mesma estagnação, as mãos cansadas. Haviam traçado um círculo de giz ao seu redor, não havia como escapar. O dia, o dia; o tudo, o tudo; o nada, o nada”.

Sabendo-se que mais tarde Aguinaldo Silva se tornará escritor de telenovelas, não podemos deixar de observar que em duas histórias desse livro, da década de 1960, aparece, na construção das personagens o tema da função da radionovela e do rádio-jornalismo. No conto *O nada jamais acontecerá*, Lu é uma dona de casa casada com Manuel e “inteiramente sufocada” em sua vida sem emoções. Os parâmetros que fazem com que ela perceba esse vazio e que assinalam a falta de emoção de sua vida eram as vidas das heroínas e dos condes das radionovelas: “que horas? Ele olha o relógio, murmura, nove horas. E ela: está na hora da novela diz com um sorriso triste [...] Depois tudo começa, o conde é o primeiro a falar com sua voz quente. Ela olha Manuel dormindo, a boca entreaberta, murmura, eis o meu conde”.

Note-se que o uso do artigo definido na título do conto, *O nada jamais acontecerá*, faz ressoar títulos de radionovelas melodramáticas, cujo exemplo maior é “O direito de nascer” escrita pelo cubano Felix Cagnet em 1946 e que já havia sido apresentada, por quase dois anos, a partir de 8 de janeiro de 1951 no Brasil, em adaptação de Eurico Silva pela Rádio Nacional contando no seu elenco com Paulo Gracindo (como Albertinho Limonta), Iara Sales (mamãe Dolores) e Roberto Faisal (Dom Jorge Luiz), entre outros.<sup>1</sup>

No já citado conto *O círculo de giz*, Mateus, o entediado funcionário burocrático insere a programação do rádio no seu cotidiano: “Depois o jornal falado pelo rádio, o programa esportivo e uma ária insignificante que assim mesmo era uma ária. É a volta para o ponto [...] Não havia como fugir.”

Para a personagem Lu a ficção radiofônica fornece a possibilidade de sonhar e esse sonho permite que ela dimensione suas frustrações. Para Mateus, antagonicamente à personagem Lu, o rádio fornece informação (jornal falado), entretenimento (programa esportivo) e cultura (ária), porém, fazem parte de um cotidiano mecanizado e limitado. (Hoje, devido à atual configuração dos sistemas de comunicação no país, podemos supor que o rádio não apareceria com tanta ênfase no cotidiano dessas personagens. Esse papel, talvez, seria da televisão. Lembremos que os contos *O círculo de giz* e *O nada jamais acontecerá* são ambos de 1960, quando a televisão acabara de chegar em Recife com a inauguração da TV Rádio Clube integrante do grupo Diários e Emissoras Associados de propriedade de Assis Chateaubriand.)

Mantendo-nos no tópico da presença dos meios de comunicação no livro *Dez histórias imorais* citemos mais duas passagens:

A função informativa do jornal aparece no último conto do volume, *Proclamação final*, de maneira bastante negativa, quando o protagonista fica sabendo do suicídio de Lucinda pelas páginas de policia e pensa: “agora ela morta, meia dúzia de linhas na página de um jornal, desse Diário de Pernambuco que não passa de um pasquim nojento e desatualizado,

---

<sup>1</sup> Um trecho dessa radionovela pode ser ouvido no site da Radiobrás - [www.agenciabrasil.gov.br/media/audios/2006/09/12/005](http://www.agenciabrasil.gov.br/media/audios/2006/09/12/005). Aceso em 02 jan. 2008.

Lucinda sendo suja pelas páginas Diário de Pernambuco antigo e fora de moda”. Em outra passagem do conto a mesma personagem afirma: “O jornal não tinha cor para mim, o jornal não era nada”.

No mesmo conto aparece uma radio-vitrola, um rádio acoplado a um toca-disco, uma radiola, não como veículo de entretenimento, lazer, cultura ou informação, mas, sim primordialmente como uma mercadoria, um bem de consumo almejado. Lucinda, pobre amante da personagem central tinha o sonho de “finalmente ir morar em Boa Viagem. Numa quitinete mesmo, dizia, não tenho ambições. É uma radiola, discos de alta fidelidade, um litro de uísque escocês”.

No livro *Dex histórias imorais*, em que pese a ilustração da capa um tanto marota e satírica, não se pode dizer que o termo ‘imoral’ se refira essencialmente ao âmbito sexual, há cenas e reflexões sobre sexo, mas o dominante no significado do termo imoral é a imoralidade da pobreza, da exclusão, da falta de perspectivas.

O livro *Dex histórias imorais* foi publicado pela Gráfica Editora Record em 1967. Nove anos depois em 11/12/1976 foi publicado no Diário Oficial da União o veto “a sua publicação e circulação” – seguindo a mesma fórmula dos demais vetos a livros: “Nos termos do parágrafo 8º. Do artigo 153 da Constituição Federal e artigo 3º.do Decreto-lei nº. 1077, de 26 de janeiro de 1970, proíbo a publicação e circulação em todo território nacional, do livro intitulado “*Dex estórias imorais*[...] por exteriorizarem matéria contrária à moral e aos bons costumes.”

Para entendermos melhor esse fato é preciso retomar, brevemente, a atuação prévia do escritor.

## ○ escritor Aguinaldo Silva

Aguinaldo Silva é um escritor de ficção para televisão muito produtivo e de grande aceitação pelos telespectadores. Ele iniciou suas atividades em televisão no ano de 1979 com o seriado *Plantão de Polícia* e realizou, até momento (2008), cinco minis-séries e 12 telenovelas, todas produzidas e transmitidas pela Rede Globo. Algumas dessas telenovelas são marcos de sucesso e de

altos índices de audiência como *Pedra sobre pedra*, *Tieta*, *A Indomada* e *Senhora do destino*.<sup>2</sup>

Anteriormente ao início de sua atuação em televisão, Aguinaldo Silva havia publicado um livro e trabalhara como jornalista. Em 1964, mudou-se de Pernambuco para o Rio de Janeiro e começou a trabalhar em reportagens policiais no jornal *O Globo*. Durante a década de 1970, atuou como colaborador nos jornais *Opinião* e *Movimento*, ambos podendo ser caracterizados como publicações de resistência à Ditadura Militar. Como jornalista, nos anos 1970, o autor foi processado duas vezes por crimes de opinião – figura jurídica presente na Lei de Imprensa, lei nº 5.250/67 de 9 de fevereiro de 1967.

Em abril de 1978, Aguinaldo Silva, em conjunto com Peter Fry, Jean-Claude Bernardet, Darcy Penteado, João Silvério Trevisan e outros artistas e intelectuais, lançou o primeiro número do jornal *O Lampião*, uma publicação inicialmente voltada para a defesa dos direitos das minorias em geral e que acabou por concentrar-se especialmente na defesa dos direitos dos homossexuais. O nome da publicação no primeiro número era *Lampião de Esquina*, e esse título era uma referência tanto à vida das ruas, a vida noturna, quanto ao rei do cangaço – Virgulino Lampião. A edição era de dez mil exemplares e era vendido por todo o país (GREEN, 2000, p.430-431).

A publicação perdurou até junho de 1981. Por causa desse jornal, Aguinaldo Silva respondeu, em 1979, a um processo baseado na Lei de Segurança Nacional – “Foi o momento mais difícil de minha carreira de jornalista. Havia uma insegurança total e

---

<sup>2</sup> Minisséries: *Lampião e Maria Bonita* (1982), *Bandidos da falange* (1983), *Padre Cícero* (1984), *Tenda dos milagres* (1985) e *Riacho doce* (1990); Telenovelas: *Partido alto*, com Glória Perez (1984), *Roque Santeiro*, colaborador de Dias Gomes (1985), *O outro* (1987), *Vale Tudo*, colaborador de Gilberto Braga (1988), *Tieta* (1989), *Pedra sobre pedra* (1992), *Fera ferida* (1993), *A Indomada*, em co-autoria com Ricardo Linhares (1997), *Meu bem querer*, como supervisor de texto (1998), *Suave veneno* (1999), *Porto dos Milagres*, em co-autoria com Ricardo Linhares (2001), *Senhora do destino* (2004) e *Dois caras* (2007). Ver: Fernandes, Ismael. *Memória da telenovela brasileira*. Ver também o blog de Aguinaldo Silva no portal da Globo na Internet em que comenta suas produções e conta histórias de sua vida – <http://bloglog.globo.com/blog/>.

podia ser preso a qualquer momento”, disse o autor em entrevista para a revista *Isto É*.

O temor de ser preso a qualquer momento se justificava uma vez que a Lei de Segurança Nacional, nome como ficou conhecido o Decreto-Lei nº. 898, de 29 de setembro de 1969, no seu art. 3º definia que “a segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e a repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva”<sup>3</sup>. A mesma lei dispunha também, entre outros, que: os crimes contra a segurança nacional fossem submetidos a processo e julgamento pelo foro militar e que o encarregado do inquérito podia manter o indiciado preso durante as investigações pelo prazo de 30 dias, prorrogável por mais 30, e manter o preso incomunicável por dez dias.

Uma década antes disso, em 1969, o autor foi preso e ficou detido por 70 dias devido a um prefácio ao livro *Diário* de Che Guevara, publicado pela Coordenada Editora.

No romance autobiográfico *Lábios que beijei*, escrito em 1990 e publicado em 1992, Aguinaldo Silva (1992, p.91 e seguintes), relata assim a história dessa publicação:

Em meados de 1968, a convite do editor Victor Alegria, escrevi para uma das muitas edições brasileiras do *Diário* de Che Guevara um prefácio a que dei o pomposo título de “A guerrilha não acabou”. O livro foi publicado pela Coordenada Editora, da qual ele era dono, e à qual eu prestava eventuais serviços [...]. O livro ficou poucos meses nas livrarias: em dezembro foi promulgado o Ato Institucional nº 5, que, entre outras prerrogativas, dava às autoridades poderes para apreender livros e punir quem tivesse alguma coisa a ver com eles, até mesmo quem os guardasse em casa. Às voltas com as atribuições cada vez maiores da minha vida privada, nunca me preocupei em perguntar ao Victor o que fora feitos dos exemplares não vendidos do *Diário*. Achava que ele tivera o bom senso de descobrir um modo qualquer de destruí-los. Na verdade com todos os riscos, o editor decidira guardar o que restara da edição. [...] Os muitos exemplares formavam uma pilha enorme, conforme os agentes do Centro de Informações da Marinha que invadiram o local em seguida a uma denúncia anônima. Eram muitas pessoas que deviam

<sup>3</sup> O conceito de Segurança Nacional havia sido utilizado antes no Decreto-Lei nº. 314 de março de 1968 e na Constituição de 1967, oficializada em 24 de janeiro de 1967.

ser castigadas por causa deles – desde o pobre dono do depósito que jurava não saber o que continham os pacotes empilhados, até eu.

O depósito foi descoberto e, no dia seguinte ao entrar em seu apartamento ao voltar do trabalhão na redação do jornal *O Globo*, Aguinaldo Silva foi coagido a acompanhar três homens que o levaram para os porões do Ministério da Marinha onde foi interrogado.

A pergunta central do interrogatório dizia respeito ao título do prefácio escrito para o *Diário* de Che: “– O senhor diz aqui que a guerrilha não acabou. Baseado em que informações pode afirmar uma coisa dessas. O que senhor sabe sobre a guerrilha que nós *ainda* não sabemos?” Frente a essa pergunta o escritor tentou responder que a afirmação fora feita em um sentido figurado e uma brincadeira com um filme de Alain Resnais – o filme *A Guerra Acabou* (*La Guerre est finie*), de 1966 – que já passara por aqui. Ao final da conversa, o interrogador falou a Aguinaldo Silva que ele “estava preso e seria processado, de acordo com o Ato 5, por ter escrito esse *monte de merda*”.

– Mas o livro foi publicado antes do Ato 5 – argumentei – e a punição não pode ser retroativa”...

Ao que o comandante [...] respondeu:

– Nesse caso você não vai ser processado”...mas vai ficar preso sim (SILVA, 1992, p.93).

Para dimensionarmos a gravidade da situação citemos, Aguinaldo Silva falando sobre o fato: “Sinto vergonha por meus carcereiros (...) Esta deve ser mais uma das minhas falhas: o fato é que a violência, antes de me causar revolta, me faz sempre ficar envergonhado e com pena de quem a pratica. Foi por puro constrangimento que durante 20 anos evitei falar de minha prisão – só escrevi sobre ela uma vez no jornal *Lampião*, de que fui editor”.

Vivendo na baixa prostituição e na pequena criminalidade da Lapa do Rio de Janeiro da década de 1960, sem nenhum vínculo com grupos políticos organizados, Aguinaldo Silva, preso, se perguntava “Como ficar incomunicável 45 dias por causa de um simples prefácio?” e finalmente percebeu “estava incomunicável [...] não porque fosse autor de um perigoso e subversivo texto, mas porque era homossexual”.

Aguinaldo Silva publicou mais de 13 livros. O mais recente, *98 tiros de audiência*, foi publicado em 2006 pela Editora Geração Editorial. Seus livros mais considerados pela crítica são *República dos Assassinos*, de 1976, e *O homem que comprou o Rio*, de 1986. Essas duas obras, relatos do gênero literatura policial elaborados a partir de fatos reais ocorridos entre militares, policiais e o mundo do crime carioca, foram traduzidos e publicados na coleção *Série Noire* da Editora Gallimard, na França.

## A censura do DCDP

A censura ao livro *Dez histórias imorais* foi resultado de um parecer elaborado por um técnico de censura do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal.

Nesse parecer, disponível para consulta no Arquivo Nacional (seção: Censura Prévia, Série: Publicações, Caixa 2), o técnico de censura inicialmente apresenta o conjunto dos textos e depois recorta dois contos que, ele indica, deveriam ser censurados:

São dez contos de um mesmo autor com assuntos variados, como a vida de prostitutas num bordel, a vida dura nas caatingas com seus retirantes, estórias de marinheiros nos portos do Brasil etc.

Das dez estórias duas implicam em veto para liberação por conterem matéria imprópria:

1) UM HOMEM, SUA MALDADE, E A MARINHA NACIONAL: a vida de um marinheiro contado por ele desde sua infância no Ceará, suas provocações, sua entrada para a Marinha, suas aventuras com mulheres depravadas e seu envolvimento homossexual com um Capitão de Corveta, inclusive citando o nome do navio onde serviu, Baependí.

2) PROCLAMAÇÃO FINAL: um inconformado com a vida, onde é contra tudo e contra todos. Nas suas falas / ofende a igreja com críticas mordazes e indecentes sobre monges e padres[...]. Além do mais, ofensa aos militares em geral, chamando-os de estúpidos.

Em razão do exposto sou de opinião, s.m.j., que sejam proibidas a publicação e exteriorização do livro examinado [...]

Note-se que apesar da redação um pouco confusa e do técnico salvaguardar-se usando a expressão “salvo melhor juízo” antes de

expressar sua opinião, o censor não propõe o veto ao livro todo. O parecer afirma que o livro aborda prostitutas e “estórias de marinheiros”, mas, ele não vê nesses temas fundamentos para o ato censório. Os dois contos que o parecer salienta como censuráveis são aqueles em que aparecem avaliações negativas e descrições de ações não aceitas pela moral tradicional relativas a marinheiros, religiosos e militares. Ou seja, o parecer não indica o veto a toda e qualquer “matéria contrária à moral e aos bons costumes”, mas, sim, aquelas que digam respeito a autoridades constituídas pertencentes aos quadros da Marinha, Igreja ou Exército.

No caso da narrativa que envolve o marinheiro, o parecer enfatiza que o conto fala em “envolvimento homossexual com um Capitão de Corveta”, ou seja, um superior hierárquico no interior da Marinha Brasileira e destaca também que na narrativa, o marinheiro cita o “nome do navio onde serviu, Baependí”, que foi, de fato, um navio de Guerra que esteve a serviço da Marinha Brasileira de 1953 a 1973. O nome Baependí é uma homenagem a uma cidade com esse nome em Minas Gerais.

O mais inusitado em relação a esse parecer e ao ato censório que ele engendrou é a data de sua realização – oito anos depois da publicação do livro em questão (quando, normalmente, o círculo de vida de um livro não integrante de um *cânone* consolidado já está encerrado).

A hipótese mais coerente que se pode aventar para explicar o porquê do exame do livro *Dez histórias imorais*, de Aguinaldo Silva, publicado em 1967, pelo Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, em 1975, e o decorrente ato censório, em 1976, ou seja, nove anos depois, é que a atuação posterior de Aguinaldo Silva colaborador de publicações em franca oposição com a Ditadura Militar deram mais visibilidade para o autor e motivaram (quer por denúncia explícita, quer por auto motivação) uma nova empreitada da censura do DCDP em relação a ele.

Confirmando essa hipótese, de que a atuação de Aguinaldo Silva enquanto jornalista, em 1975, nos jornais *Movimento* e *Opinião*, juntamente com sua militância pelos direitos dos homossexuais, motivaram ao exame e o veto censório ao livro *Dez his-*

*tórias imorais* vejamos algumas das matérias jornalísticas assinadas pelo autor nesse ano:

Em 14 de fevereiro de 1975, Aguinaldo Silva publicou no jornal *Opinião* uma matéria intitulada “Uma tragédia americana”, o subtítulo era: “de um lado moradores da zona norte, de outro, uma garota de Ipanema”. Com um texto irônico, o autor denuncia como “velhos repórteres policiais” com sua “crueldade típica” e a imprensa em geral estão, apesar das evidências de um crime cometido por uma jovem de classe média alta contra um pequeno trabalhador braçal da periferia, protegendo a jovem suspeita que está “escudada em um jogo de aparências que tipifica as jovens de sua classe”. Aguinaldo Silva acaba por concluir que, nesse caso, imprensa e polícia, ao invés de noticiarem e investigarem estão a serviço do *apatheid* social vigente numa tendência de “dividir claramente os personagens dessa atormentada história”: “de um lado, os moradores de uma vila da zona norte, os empregados de um posto de gasolina e de uma loja de consertos de televisão na Lapa, de outro, a bela, bem falante e promissora universitária Lourdes, uma garota de Ipanema, *comme il faut*.”

Outro exemplo de matéria-denúncia publicada por Aguinaldo Silva em 1975 pode ser encontrado no jornal *Movimento* no dia 1º de setembro. A matéria intitulada “Incidentes no Grande Rio” conta como “Um ladrão foi morto a tiros, outro linchado; dois assaltantes (foram) espancados, outro linchado; (e) um contingente da PM foi ameaçado pela multidão”. A matéria ironicamente conclui que na periferia da cidade do Rio de Janeiro só tem marginal e, depois de observar que todos os assaltos forma motivados pela busca de comida, explica com as palavras de Dom Adriano Hipóclito, bispo de Nova Iguaçu: “Sim, eles são marginais. Mas não no sentido que a polícia dá a essa palavra, e sim, porque vivem aqui abandonados em qualquer infra-estrutura que os permita viver dignamente.”

Salientemos ainda que em 1975, ano do exame censório de *Dez histórias imorais*, Aguinaldo Silva publicou, pela Editora Pallas, no Rio de Janeiro o romance *Primeira carta aos andróginos* – um texto explícita e francamente homoerótico.

Muito mais do que o livro *Dez histórias imorais* – já publicado há muito tempo e com seu ciclo de divulgação praticamente encerrado –, tudo leva a crer que foi o fato de Aguinaldo Silva colaborar regularmente em jornais de oposição que motivou o

exame do livro em questão e acabou gerando o estranho fato de uma edição de um livro ser censurada nove anos depois de publicada e com base em um ato jurídico que sequer existia quando a edição do livro foi lançada, pois o Decreto-Lei nº 1.077/70 que subsidiou a decisão do Ministro da Justiça para proibir a “publicação e circulação em todo território nacional” do livro, foi decretado em 26 de janeiro de 1970.

Para reforçar ainda mais a hipótese de que o exame e o veto a *Dez histórias imorais* deve-se a motivos outros que não o próprio livro, lembremos que devido ao grande movimento editorial brasileiro em termos de número de títulos publicados por ano, o DCDP só examinava livros quando acionado para tal. Um ofício do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Moacyr Coelho, dirigido ao Ministro da Justiça, Armando Falcão, datado de 31 de janeiro de 1977, comentando um documento de protesto que ficou conhecido como o *Manifesto dos 1000 intelectuais contra a censura*<sup>4</sup>, afirma:

Quanto a livros, convém esclarecer, de logo, que este Departamento só manda verificar aqueles remetidos pelos órgãos descentralizados, em decorrência de solicitações recebidas, nas respectivas áreas de pais, professores, livreiros ou autoridades locais [...] já que seria impossível programar a verificação de toda produção literária posta em circulação no Brasil. (Fundo: DCDP, Seção: administração Geral; Série: Correspondência oficial; Subsérie: ofícios de comunicação; ofício no. 053/77 – DCDP, Brasília, 31/01/1977)

O trajeto de censura do livro *Dez histórias imorais* repete, com as devidas modificações, percurso análogo à prisão de Aguinaldo

---

<sup>4</sup> O documento que ficou conhecido como “Manifesto dos 1.046 intelectuais contra censura” foi entregue, em 25 de janeiro de 1977, por um grupo composto por Hélio Silva, Nélida Pinõn, Jéferson Ribeiro de Andrade e Lygia Fagundes Telles entregou, em Brasília, para ser encaminhado para o Ministro da Justiça Armando Falcão, Assinavam o documento nomes como: Antonio Candido, Chico Buarque, Jorge Amado, Paulo Emilio Sales Gomes, etc. (ver: o texto de Deonísio da Silva o texto denominado *Os livros banidos pela Revolução* publicado no número 34 da Revista *Escrita*. Ver também: *Cronologia das Artes em São Paulo 1975-1995*, p.29. Elio Gaspari em *A ditadura encurralada*, p.495, fala em mil intelectuais e enfatiza que o protesto era contra a censura ao livro *Feliz ano novo*, de Rubem Fonseca).

Silva em 1969. Nos dois casos a motivação declarada como sendo a causa da censura não era a motivação real. A prisão do autor em 1969 foi declarada como sendo devida ao prefácio “A guerrilha ao acabou” no *Diário* de Che Guevara, mas a motivação real, conforme concluiu Aguinaldo Silva, foi homofobia. Em 1976, tudo indica que a censura ao livro *Dez histórias imorais* deu-se não devido ao livro, mas sim como uma forma de homofobia e também de coação ao jornalista e militante Aguinaldo Silva.

## Referências

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977.

COMMUNICATIONS no. 9 – La censure et le censurable. Paris: École Pratique des Hautes Études - Centre d'Études des Communications de Masse, 1967.

CALLADO, Antonio. *Censura e outros problemas dos escritores latino-americanos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

CANDIDO, Antonio. A literatura brasileira em 1972. In: *Arte em Revista*, ano 1, n.1. São Paulo: CEAC – Centro de Estudos de Arte Contemporânea, janeiro-março 1979.

CAPARELLI, Sérgio. *Ditaduras e indústrias culturais, no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai (1964-1984)*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1989.

CCSP - Coleção Cronologia das Artes em São Paulo 1975-1995. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 5 volumes, 1996.

FERNANDES, Ismael. *Memória da telenovela brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada, a ditadura escancarada, a ditadura derrotada e a ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 e 2004.

GREEN, James. *Além do carnaval. A homossexualidade no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

ENTREVISTA de Aguinaldo Silva. Isto É. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoegente>. Acesso em: 28 dez. 2007

REIMÃO, Sandra. **Mercado editorial brasileiro**. São Paulo: ComArte, Fapesp, 1996.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Aguinaldo. **Lábios que bejei**. São Paulo: Siciliano, 1992.

\_\_\_\_\_. **Dez histórias imorais**. Rio de Janeiro: Record, 1969.

SILVA, Deonísio da. **Nos bastidores da censura**. Sexualidade, literatura e repressão pós-64. São Paulo: Liberdade, 1989.

\_\_\_\_\_. Os livros banidos pela Revolução. **Revista Escrita**. São Paulo: Vertente, n. 34, p. 33-36.

SILVERMAN, Malcolm. **Protesto e o novo romance brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SIMÕES, Inimá. **Roteiro da Intolerância**. São Paulo: Senac / Terceiro Nome, 1998.

SUSSEKIND, Flora. **Literatura e vida nacional**. (Coleção Brasil – os anos de autoritarismo). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no regime militar e militarização das artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

VENTURA, Zuenir. **1968 o ano que não terminou**. A aventura de uma geração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.